

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 786.315 - SP (2015/0240791-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO - IPESU
AGRAVADO : JOSÉ BÍSCARO
ADVOGADO : NEIDE APARECIDA DE FÁTIMA RESENDE E OUTRO(S) - SP066297
AGRAVADO : UMAR SAID BUCHALLA
AGRAVADO : ELVIS UMAR BUCHALLA
ADVOGADO : JOSÉ EDUARDO CARMINATTI E OUTRO(S) - SP073573
INTERES. : CELSO MARAN DE OLIVEIRA
INTERES. : KARYNE DE SOUZA AUGUSTO RIOS
INTERES. : TERESA BERENHAUSER FERNANDES
INTERES. : SYMARA HELENA PENOW CAMPOS
INTERES. : DIANA HIDALGO DE ARAUJO
INTERES. : ELZA LEITE DE MORAES ANDRADE
INTERES. : LUIS ANTONIO PANONE
INTERES. : LUIS CLAUDIO DALLIER SALDANHA
INTERES. : LUIZ CARLOS SANTOS OLIVEIRA
INTERES. : OTACILIO JOSE BARREIROS
INTERES. : KARIN STORANI
INTERES. : GISELE NOVAES FRIGHETTO
INTERES. : ETTORE GERALDO AVOLIO
INTERES. : JOSE BENAQUE RUBERT
INTERES. : PAULO ROBERTO DEMARCHI
INTERES. : JOARISTAVO DANTAS DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão denegatória de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 238/251):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ADJUDICAÇÃO. CONDICIONAMENTO DA EFICÁCIA AO DEPÓSITO JUDICIAL. QUESTÃO PRECLUSA. CONCURSO DE CREDORES. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PREFERÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Recurso não conhecido na parte em que a agravante se insurge contra a determinação de depósito do valor integral dos bens como condição de eficácia da adjudicação, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa quanto a esse particular.

2. A referida determinação foi veiculada em decisão contra a qual a agravante interpôs o primeiro agravo de instrumento (nº 2009.03.00.007226-7), oportunidade em que deduziu, ou deveria ter deduzido, toda a matéria útil à sua pretensão. A esse agravo de instrumento foi negado seguimento em decisão monocrática já transitada em julgado.

3. Posteriormente, novas petições foram protocolizadas no processo de origem pela agravante, reiterando o pedido de desoneração do depósito. Conquanto tenha invocado a existência de "fatos novos" e "fatos novos complementares", a verdade é que pretendeu apenas reavivar a discussão. Isso porque nenhum fato novo foi efetivamente demonstrado. A circunstância de os créditos se referirem ao imposto de renda retido na fonte era sabida desde antes do ajuizamento da execução, não consubstanciando elemento novo.

4. Aliás, a agravante tentou reacender a discussão sobre a determinação do depósito no segundo agravo de instrumento (n.º 2009.03.00.014344-4), ao qual também foi negado seguimento, desta feita, justamente por restar preclusa a matéria.

5. Nessa medida, a decisão judicial que determinou o depósito do valor correspondente ao lance ofertado pelo arrematante a fim de salvaguardar eventuais créditos privilegiados, sob pena de ineficácia da adjudicação, continua a produzir efeitos.

6. Diante do panorama jurídico desenhado, duas são as possibilidades: i) a agravante realiza o depósito do valor da arrematação e adjudica definitivamente os bens, com a expedição da respectiva carta e imissão na posse; ou ii) a agravante não realiza o depósito e a adjudicação é desconstituída, hipótese em que a arrematação se revigorará, de sorte que o preço pago pelo arrematante terá a destinação conforme a ordem de preferência de créditos.

7. Infere-se que o objeto do presente recurso se cinge a estabelecer quais créditos têm preferência na espécie, os tributários ou os trabalhistas.

8. Ainda que se admitisse que os tributos sujeitos à retenção na fonte pudessem ser objeto de pedido de restituição no Juízo da falência, a hipótese não se subsumiria ao caso vertente, pois não se cuida de processo falimentar e nem há notícia de pedido de falência em face da executada, restando afastadas as disposições da Lei 11.101/05.

9. Diferentemente do que assinala a agravante, não há lacuna a ser suprida por meio da analogia, pois, tratando-se de crédito tributário, o art. 186, caput, do CTN é perfeitamente aplicável *in casu*. O referido dispositivo legal disciplina o concurso de credores fora da falência, situação evidenciada na espécie. É de se enfatizar a aplicabilidade apenas do caput do dispositivo e não do seu parágrafo único, destinado especificamente aos casos de falência.

10. Os créditos trabalhistas têm preferência em relação aos créditos tributários. Precedentes.

11. Agravo de instrumento não conhecido em parte e, na parte conhecida, improvido.

Aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 272/279).

Nas suas razões, a recorrente aponta violação do art. 535, II, do CPC/1973 (e-STJ fls. 283/299).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 309/312).

Decisão *a quo* de inadmissão do recurso especial consta à e-STJ fls. 329/331.

Agravo (e-STJ fls. 333/339). Contraminuta (e-STJ fl. 341).

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o marco inicial de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a intimação do *decisum* recorrido. Assim, nos termos do Enunciado Administrativo 2 desta Corte, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: (a) inexistência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material; (b) decisão hostilizada de acordo com a jurisprudência do STJ; (c) incidência da Súmula 7 do STJ.

Ocorre que o agravante deixou de impugnar fundamento que

Superior Tribunal de Justiça

apontou a consonância da decisão *a quo* com o entendimento desta Corte acerca da matéria, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido, vide: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial (art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator